

O ESTADO A QUE PORTUGAL CHEGOU, POR QUE CHEGOU A ELE, E COMO SAIR DELE: Contributos para o debate nacional (1ª Parte)

RESUMO DESTES ESTUDO

Numa altura que Portugal vive a crise mais grave depois do 25 de Abril, em que está em curso uma gigantesca operação de manipulação da opinião pública, levada a cabo pelo governo, pela direita, e pelos comentadores que têm acesso privilegiado aos grandes media, para levar os portugueses a pensar que existe apenas uma “solução” – a dos PEC’s e agora a da U.E., BCE e FMI- que devem aceitar e resignar-se, é fundamental mostrar que existe uma alternativa que, para ser mobilizadora, terá de ser global, coerente, consistente e exequível, não podendo se limitar a meras palavras de ordem, ou a propostas ou reivindicações isoladas ou desarticuladas. Mas para isso é necessário saber como se chegou e por que se chegou à actual situação.

A situação actual é muito diferente da que existia aquando das intervenções do FMI em 1978/79 e em 1983/84. E isto porque foi a partir da última intervenção do FMI em Portugal, que se iniciaram, com Cavaco Silva, as privatizações em larga escala das empresas públicas, perdendo o Estado instrumentos importantes de política macroeconómica, e passando o poder económico a dominar o poder político e a condicionar toda a política económica do País. Pode-se mesmo dizer que a situação actual do País resulta de uma política económica orientada para servir os objectivos desses grupos de elevados lucros. Para o conseguir, face ao crescimento anémico da economia portuguesa, o País, o Estado, as empresas e as famílias endividaram-se profundamente.

No período 2001/2010, a média das taxas de crescimento da economia portuguesa foi apenas de 0,68% ao ano, portanto menos de 1%/ano. Como consequência deste crescimento anémico, associada à desindustrialização do País e à destruição da agricultura e pescas nacionais, no período 2000/2010, Portugal importou bens no valor astronómico de 565.475 milhões € (mais do triplo do valor do seu PIB), tendo exportado bens no valor de apenas 356.918 milhões €, acumulado assim um gigantesco saldo negativo no valor de -208.557 milhões €.

Como consequência, entre 2000 e 2010, a Dívida Líquida de Portugal ao estrangeiro aumentou 269%, pois passou de 50.279 milhões € (39,6% do PIB) para 185.551 milhões €, correspondendo, em 2010, já a 107,4% do PIB, ou seja, mais do que toda a riqueza criada em Portugal em 2010; a Dívida do Estado ao estrangeiro cresceu 122,6%, e Dívida total directa do Estado, que inclui a dívida externa e interna, aumentou 139,6%, pois passou de 68.176 milhões € para 158.529 milhões €, correspondendo em 2010 já a 90,1% do PIB português. E o endividamento dos particulares (famílias) que correspondia, em 1997, a 41% do PIB e o das empresas não financeiras a cerca de 75% do PIB, no 1º Trimestre de 2010, o endividamento das famílias tinha atingido 97% do PIB (128% do seu rendimento disponível), e o das empresas não financeiras já tinha ultrapassado o valor do PIB devendo rondar os 112% do PIB.

Uma parte significativa dos meios financeiros obtidos pelo crescente endividamento do País, do Estado, das empresas e das famílias não foi aplicado em investimentos produtivos. A prová-lo está o facto do endividamento ter aumentado muito no período 2001-2010, mas o crescimento económico médio em Portugal ter sido anémico, mesmo inferior a 1% ao ano. O Estado endividou-se para construir, entre outras coisas, estádios de futebol, auto-estradas e adquirir submarinos, ou então cobrir gastos em que não existiu uma vontade política séria para combater eficazmente o desperdício e a má gestão garantindo assim gigantes lucros aos grupos económicos. Promoveu-se o transporte rodoviário muito mais caro, poluente e criador de dependência externa, em prejuízo do transporte ferroviário e marítimo. O governo multiplicou Parcerias Público Privadas, a maioria auto-estradas, cujos custos atingirão nos próximos anos cerca de 60.000 milhões €, que asseguraram elevados lucros aos grupos financeiros e da construção civil.

A situação actual é também diferente e mais grave do que a existente em 1977/78 e em 1983/84, quando os governos de então pediram também a intervenção do FMI, porque Portugal, com a entrada no euro, perdeu o poder para alterar a taxa de câmbio e para emitir moeda. Estes poderes passaram para o BCE. No passado, o Estado, quando estava em dificuldades, emitia dívida e essa dívida era comprada pelo Banco de Portugal, fixando este uma taxa de juro acordada com o governo. Desta forma, o Estado obtinha os meios financeiros necessários para poder saldar os seus compromissos. Agora, como esse poder passou para o BCE, e como este se recusa a emprestar directamente aos Estados da U.E. embora o faça directamente aos bancos, o Estado português só pode obter os meios financeiros que precisa recorrendo aos “mercados”, que são formados pelos bancos, fundos e companhias de seguros, ficando à mercê das suas exigências e das suas taxas de juro. O BCE transformou-se assim num instrumento importante da construção de uma U.E. neoliberal contra os povos da União Europeia, ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros, assegurando a estes lucros elevados à custa dos contribuintes europeus que acabam por ter pagar inclusive a gestão danosa desses mesmos grupos.

O mais importante nesta altura, a nosso ver, é conhecer o verdadeiro estado em que o País se encontra, como se chegou a esta situação, e como sair dela. É chocante mesmo a subserviência de muitos comentadores com acesso privilegiado aos media, de que é exemplo paradigmático Marcelo Rebelo de Sousa, que procuram difundir a ideia de que os portugueses nada podem fazer a não ser aceitar passivamente tudo aquilo que os “credores” quiserem impor. Combater esta ideia de resignação é importante, não com declarações muito vigorosas que só convencem os próprios e os convencidos, mas sim com propostas concretas que mostrem aos portugueses que existem alternativas credíveis e exequíveis ao programa neoliberal da U.E. e do FMI e dos seus defensores internos e externos. E neste campo, a esquerda tem ainda muito trabalho a realizar para apresentar propostas globais que sejam consistentes, compreensíveis e mobilizadoras para a maioria dos portugueses. É um auto-engano pensar que isso se deve apenas à distorção levada a cabo pelos principais media, embora estes estejam a ter um importante papel na campanha de aceitação e de resignação que o poder político e económico dominante procura incutir nos portugueses. A constatação deste facto apenas torna, a nosso ver, mais exigente a construção daquelas propostas que não se podem reduzir a simples propostas pontuais ou a reivindicações sectoriais não articuladas ou, ainda pior, a meras palavras de ordem política. Mas isso é só possível, a nosso ver, se for fruto de uma reflexão colectiva participada e democrática.

Como ficará também claro neste estudo a grave crise actual portuguesa não tem apenas causas externas como muitos pretendem fazer crer; embora tenha sido agravada pela crise internacional, ela tem como razão principal, a nosso ver, políticas profundamente erradas adoptadas pelos sucessivos governos nos últimos anos condicionadas pelo poder económico que, a partir da destruição do “sector Estado”, iniciada por Cavaco Silva, passou a determinar as principais decisões da política económica portuguesa. Para não tornar este estudo muito longo, vamos dividi-lo em duas partes: esta, em que se procura tornar claro o estado em que Portugal está e por que razão chegou a ele; e outra, a divulgar depois, com contributos para o debate nacional visando a construção de uma alternativa à política de PEC’s e da U.E., do BCE e do FMI.

A SITUAÇÃO ACTUAL É MAIS GRAVE DO QUE EM 1977/78 E EM 1983/84 POR PORTUGAL PERTENCER À ZONA EURO E NESTA DOMINAR UMA POLITICA NEOLIBERAL DE SUBMISSÃO AOS MERCADOS.

Um erro grave é confundir a situação actual com a existente em 1977/78 e em 1983/84, como fazem habitualmente os principais media, em que os governos em funções em Portugal pediram também a intervenção estrangeira do FMI. E isso, por várias razões.

Em primeiro lugar, porque foi precisamente a partir da última intervenção do FMI em Portugal, que se iniciaram, com Cavaco Silva, as privatizações em larga escala das empresas públicas, perdendo o Estado instrumentos importantes de política macroeconómica. Guilherme d’Oliveira Martins, ex-ministro das Finanças do governo de António Guterres, prefaciando um estudo da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças com o título “Sector Empresarial do Estado: evolução no período 1996-2001”, escreveu que no período compreendido entre 1996 e 2001, ou seja durante os governos de António Guterres, obteve-se “um encaixe de 15.919,8 milhões de euros “ com as privatizações quando “no período 1989-1995”, ou seja, durante os governos de Cavaco da Silva, “o encaixe tinha sido de 6.827,3 milhões de euros, correspondentes na sua generalidade às operações de privatizações do sector bancário e segurador” . “O encaixe total obtido no período 1996-2001 é revelador não só da decisão política de intensificação das operações de privatização como uma das principais transformações estruturais da economia portuguesa”. Apesar deste elevado “encaixe” o endividamento do Estado não parou de crescer, como vamos mostrar. E este processo de privatizações continuou nos governos seguintes, tendo sido depois muitas destas empresas vendidas a grupos estrangeiros, o que levou à reconstituição em Portugal dos grupos económicos em aliança com o capital estrangeiro, os quais acabaram por condicionar todo o processo de desenvolvimento em Portugal, devido ao domínio que passaram a exercer sobre o poder político. Pode-se mesmo dizer que a situação actual do País resulta também disso.

Em segundo lugar, porque a situação do País, do Estado, das empresas e das famílias portuguesas era muito diferente da actual, já que não estavam tão endividadas como se verificou posteriormente porque isso era necessário para que aqueles grupos que passaram a dominar a economia e sociedade portuguesa pudessem obter elevados lucros face ao crescimento anémico da economia nacional. E, finalmente, porque o modelo neoliberal que domina actualmente a construção e a “*governança*” na União Europeia não estava tão avançado como agora, que coloca actualmente aos países da U.E., em particular países em dificuldades como Portugal, à total mercê dos “mercados”, ou seja, dos grandes bancos, fundos e companhias de seguros.

Para se poder compreender por que razão Portugal chegou à situação actual e qual é a verdadeira situação neste momento interessa começar por recordar quais foram as taxas de crescimento do PIB real, portanto retirando o efeito do aumento dos preços, nos últimos 10 anos no nosso País e na U.E.. Os dados seguintes, divulgados pelo Eurostat, permitem fazer essa análise.

Quadro 1 – Taxa de crescimento anual do PIB na União Europeia e em Portugal – 2010/2010

REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010-01 Media das taxas de crescimento anuais
União Europeia (27 países)	2	1,2	1,3	2,5	2	3,2	3	0,5	-4,2	1,8	1,3%
Zona euro (17 países)	1,9	0,9	0,8	2,2	1,7	3,1	2,9	0,4	-4,1	1,8	1,16%
PORTUGAL	2	0,7	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0	-2,5	1,3	0,68%

FONTE: Eurostat

No período 2001/2010, a média das taxas de crescimento do PIB real na EU-27 foi de 1,3% ao ano; na Zona Euro 1,16% ao ano; e, em Portugal, apenas 0,68% ao ano, portanto menos de 1%/ano. Apesar das taxas de crescimento económico na U.E. terem sido muito inferiores à da economia mundial (em média 3,7%/ano) o crescimento económico em Portugal foi, em média, quase metade (52,3%) do da U.E. Portugal praticamente não cresceu neste período. Os dados seguintes, referentes ao PIB por habitante a preços correntes confirma a crescente degradação da situação económica portuguesa e, por arrastamento, da situação social do País, que é importante não esquecer se quisermos encontrar as causas da situação actual.

Quadro 2 – PIB por habitante a preços correntes – Em euros

REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009-01
União Europeia (27 países)	19.800	20.500	20.800	21.700	22.500	23.700	25.000	25.100	23.600	+3.800
Zona Euro (17 países)	22.400	23.100	23.600	24.400	25.200	26.300	27.600	28.100	27.100	+ 4.700
PORTUGAL	13.000	13.500	13.700	14.200	14.600	15.100	15.900	16.200	15.800	+ 2.800

FONTE: Eurostat

Como consequência do crescimento anémico da economia portuguesa verificada no período 2001/2010, o aumento do PIB por habitante a preços correntes, isto é, sem retirar o efeito do aumento de preços, foi em Portugal de apenas 2800€, o que representou 73,7% do verificado na UE27, e 59,6% da subida do PIB “per capita” registado na Zona Euro. Como consequência, em 2009, o PIB por habitante em Portugal (15.800€) representava apenas 66,9% do da UE27 (23.600€), e somente 59,6% do PIB “per capita” da Zona Euro (27.100€). E mesmo estes dados do Eurostat ainda não traduzem a verdadeira situação do nosso País neste campo. E isto porque uma parte crescente do PIB – riqueza criada em Portugal – é transferida para o exterior sob a forma de dividendos, juros, etc., ficando menos PIB em Portugal. Em 2010, segundo o Eurostat, o Rendimento Nacional Líquido, que é a riqueza que fica em Portugal representou apenas 78,8% do PIB, quando a média na U.E.-27 atingiu 83,6%. (+6,1%)..

COMO NÃO HOUE CRESCIMENTO ECONOMICO, O PAÍS, O ESTADO, AS EMPRESAS E AS FAMILIAS ENDIVIDARAM-SE E ASSIM FORAM ASSEGURADOS ELEVADOS LUCROS

A falta de crescimento económico, a desindustrialização crescente do País assim como a destruição da agricultura e pescas determinou o recurso maciço a importações como mostra os dados oficiais constantes do quadro seguinte.

Quadro 3 – SALDO NEGATIVO da Balança Comercial de Portugal – 2000/2010

ANOS	EXPORTAÇÃO DE BENS Milhões €	IMPORTAÇÃO DE BENS Milhões €	SALDO Milhões €
2000	27.215	45.706	-18.491
2001	27.859	46.560	-18.701
2002	28.461	45.080	-16.619
2003	29.260	44.441	-15.181
2004	30.920	49.260	-18.340
2005	31.137	51.379	-20.242
2006	35.640	56.295	-20.655
2007	38.309	59.927	-21.618
2008	39.201	62.186	-22.985
2009	32.021	49.815	-17.794
2010	36.895	54.826	-17.931
SOMA	356.918	565.475	-208.557

FONTE: 2000-2007: INE; 2008-2010: Banco de Portugal

No período 2000/2010, Portugal importou bens no valor astronómico de 565.475 milhões € (mais do triplo do valor do seu PIB), tendo exportado, durante o mesmo período, bens no valor de apenas 356.918 milhões €, acumulado assim um gigantesco saldo negativo no valor de -208.557 milhões euros. Mesmo que a análise não se limite à Balança Comercial, e seja feita com base na Balança de Pagamentos Corrente, que inclui, para além da Balança Comercial, também a Balança de Rendimentos, a Balança de serviços, e as Transferências correntes, por ex., no período 2006/2010, portanto, em menos de metade do tempo considerado no quadro 3, a Balança de Transacções Corrente acumulou um saldo negativo no montante de -87.487 milhões €.

Como o crescimento da riqueza em Portugal no período 2001/2010 foi anémico e, conseqüentemente, insuficiente, situação esta que é ainda agravada por uma repartição de riqueza profundamente desigual (a pior entre todos os países da União Europeia), o endividamento tanto do País, como do Estado, como das empresas e das famílias disparou em Portugal nos últimos anos para assegurar os lucros dos grupos económicos que passaram a dominar a economia e o poder político em Portugal.

Os elevados saldos negativos das relações de Portugal com o exterior, assim como o aumento dos gastos do Estado, das empresas e das famílias, para garantir “mercado” para os grupos económicos dominantes, que utilizaram os lucros do mercado interno para se internacionalizarem, só foi possível à custa do aumento rápido do endividamento, como os dados oficiais constantes dos quadros e gráficos seguintes claramente revelam.

Quadro 3 – Dívida externa do País e do Estado, e dívida total directa do Estado – 2000/2010

ANOS	DÍVIDA EXTERNA LIQUIDA DO PAÍS		DÍVIDA EXTERNA LIQUIDA DO ESTADO	DÍVIDA DIRECTA DO ESTADO	
	Milhões €	% PIB	Milhões €	Milhões €	Em % PIB
2000	50.279	39,60%	35.749	66.176	52,1%
2001	62.863	46,90%	52.644	72.351	53,9%
2002	77.369	55,20%	59.010	79.475	56,7%
2003	81.780	57,20%	63.782	83.481	58,4%
2004	91.963	61,80%	56.085	90.739	61,0%
2005	104.389	67,90%	56.425	102.896	66,9%
2006	126.053	78,60%	78.756	108.557	67,7%
2007	150.432	89,20%	93.162	113.235	67,1%
2008	165.195	96,00%	75.332	132.743	81,0%
2009	186.193	110,80%	75.330	147.783	85,6%
2010	185.551	107,40%	79.592	158.529	90,1%
2010-00	269%	171,2%	122,6%	139,6%	72,9%

FONTE: Dívida Líquida Externa: Boletim Estatístico -Banco Portugal; Dívida directa: Relatório OE2000-2011

Entre 2000 e 2010, a Dívida Líquida de Portugal ao estrangeiro aumentou 269%, pois passou de 50.279 milhões € (39,6% do PIB) para 185.551 milhões €, correspondendo, em 2010, já a 107,4% do PIB, ou seja, mais do que toda a riqueza criada em Portugal em 2010; a Dívida do Estado ao estrangeiro cresceu 122,6%, e Dívida total directa do Estado, que inclui a dívida externa e interna, aumentou 139,6%, pois passou de 68.176 milhões € para 158.529 milhões €, correspondendo em 2010 já a 90,1% do PIB português. Uma evolução muito semelhante se verificou na dívida das famílias e das empresas como revela o gráfico seguinte retirado do Relatório do OE-2011.

GRÁFICO 1
ENDIVIDAMENTO DOS PARTICULARES (Famílias) E DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (Empresas)
 Em % do PIB



FONTE: Relatório do Orçamento do Estado - 2011

Em 1997, o endividamento dos particulares (famílias) correspondia a 41% do PIB e o das empresas não financeiras a cerca de 75% do PIB. No 1º Trimestre de 2010, o endividamento das famílias tinha atingido 97% do PIB (128% do seu rendimento disponível), e o endividamento das empresas não financeiras já tinha ultrapassado o valor do PIB devendo rondar os 112% do PIB.

PARTE IMPORTANTE DO DINHEIRO OBTIDO PELO ENDIVIDAMENTO FOI APLICADO EM INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS COM CONSEQUENCIAS GRAVES

Uma parte significativa dos meios financeiros obtidos pelo crescente endividamento do País, do Estado, das empresas e das famílias não foi aplicado em investimentos produtivos. A prová-lo está o facto do endividamento ter aumentado muito no período 2001-2010, mas o crescimento económico médio em Portugal ter sido anémico, mesmo inferior a 1% ao ano.

O Estado endividou-se para construir, entre outras coisas, estádios de futebol, auto-estradas e adquirir submarinos, ou então cobrir gastos em que não existiu uma vontade política séria para combater eficazmente o desperdício e a má gestão, que asseguravam lucros fáceis e elevados aos grupos económicos dominantes, associados aos capital estrangeiro. Promoveu-se o transporte rodoviário muito mais caro, poluente e criador de dependência externa, em prejuízo do transporte ferroviário e marítimo. Portugal possui actualmente muitos mais Kms de auto-estradas (2571 Km) que linhas ferroviárias electrificadas (1449 Kms), tendo Portugal perdido, nos últimos 23 anos, 900 Kms. de linhas férreas, e a REFER, responsável pela gestão da linha férrea em Portugal, já anunciou que pretende despedir cerca de 500 trabalhadores e naturalmente fechar muitos mais Kms de linha férrea com a justificação de que tem de racionalizar e reduzir custos devido às dificuldades financeiras que enfrenta. O custo das Parcerias Público Privadas, em que a esmagadora maioria são auto-estradas, atingirá nos próximos anos cerca de 60.000 milhões €, que o Orçamento do Estado terá de pagar, mas assegurando assim lucros elevados nomeadamente à banca, que financia tais empreendimentos, e aos grandes grupos da construção civil que os construíram e obtiveram depois a sua concessão para explorarem.

Alguns ingenuamente pensam e defendem que bastaria que este investimento tivesse sido realizado directamente pelo Estado, e não através de privados, para o problema estar resolvido, como o Estado já não tivesse de obter empréstimos para de financiar e de recorrer às empresas da construção civil para construir esses empreendimentos e, conseqüentemente, também não existissem elevados custos a suportar com a construção e a manutenção dessas auto-estradas que se multiplicaram pelo País, algumas delas paralelas umas as outras, e como a profunda distorção que elas criaram no sistema de transportes internos português assente fundamentalmente no transporte rodoviário desaparecesse imediatamente.

A posição recente da esquerda em relação ao TGV, defendendo a sua construção numa altura de grave crise económica e social do País, em que as empresas públicas de transportes colectivos enfrentam gravíssimos problemas financeiros que se acumularam ao longo dos últimos anos, perante a passividade geral, em que os sucessivos governos as utilizaram para transferir uma

parte dos défices orçamentais para elas, sendo também coniventes com os actos de má gestão dos “boys” que lá colocaram, em que a “solução” que vai ser imposta pela U.E., pelo BCE, e pela U.E., terá naturalmente custos elevados para os seus trabalhadores e para a população, mostra bem a ilusão de que os meios financeiros que o País dispõe são ilimitados e que tudo pode ser feito simultaneamente, sendo suficiente que “haja vontade política”, e de que não é necessário fazer opções entre aplicações alternativas devido à escassez e ao endividamento do País.

No fim de 2010, a dívida líquida externa da banca atingia 79.592 milhões €, o que correspondia a 42,9% da dívida externa líquida do País. E a política de crédito da banca, utilizando estes meios assim obtidos, não foi orientada para investimentos produtivos. Levada pela lógica privada de obter elevados lucros com riscos reduzidos, a banca a operar em Portugal canalizou esse dinheiro para empresas de construção e de imobiliário, para o crédito ao consumo e à habitação. Todos ainda se lembram a publicidade agressiva dos bancos, oferecendo crédito mesmo a quem não solicitava impulsionando, desta forma, o consumo e o endividamento das famílias. No fim de 2010, apenas 8% do crédito total concedido pela banca tinha sido aplicado na agricultura e pesca, e na indústria. As actividades produtivas são “os parentes pobres” da política de crédito da banca em Portugal. Tudo isto contribuiu também para a crescente desindustrialização, e para a destruição da agricultura e pescas, obrigando o País a gastar cada vez mais dinheiro com importações de bens essenciais, embora muitos deles pudessem ser produzidos internamente. A distribuição da quase totalidade dos lucros pelos accionistas levou à descapitalização das grandes empresas dominadas pelos grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros que, para poderem funcionar, tiveram também de ser endividarem vertiginosamente. Basta referir o caso das 21 grandes empresas cotadas na bolsa – EDP, Sonae, GALP, Brisa, PT, REN, Cimpor, SEMAPA, Teixeira Duarte, Soares da Costa, Altri, Portucel, Zon, Jerónimo Martins, INAPA, Monta-Engil, Martifer, Imprensa, Amorim, e Media Capital- que distribuem todos os anos aos seus accionistas centenas de milhões € de dividendos, mas que, em 2010, o seu endividamento atingia 36.000 milhões €.

O MODELO NEOLIBERAL QUE DOMINA ACTUALMENTE A U.E. COLOCA OS PAISES EM DIFICULDADE TOTALMENTE À MERCÊ DA ESPECULAÇÃO DOS MERCADOS

Portugal, com a entrada no euro perdeu o poder para alterar a taxa de câmbio e para emitir moeda. Estes poderes passaram para o Banco Central Europeu (BCE). No passado, o Estado Português quando tinha dificuldades financeiras, emitia dívida e essa dívida era comprada pelo Banco de Portugal, fixando este uma taxa de juro acordada pelo governo. Desta forma, o Estado obtinha os meios financeiros para cobrir eventuais défices orçamentais e saldar os seus compromissos, embora tendo de os pagar no futuro ao Banco de Portugal, no entanto sem provocar o estrangulamento financeiro do Estado e da economia.

Actualmente, com a entrada de Portugal na Zona do Euro esse poder passou do Banco de Portugal para o BCE, e como este se recusa a financiar directamente os Estados da U.E. (foi introduzida uma clausula nos seus Estatutos que proíbe isso, embora esteja autorizado a emprestar directamente aos bancos), o Estado e a economia portuguesa só podem obter os financiamentos de que precisam nos “mercados”, que são formados pelos grandes bancos, fundos e companhias de seguros, ficando à mercê das suas exigências para impor as taxas de juro que quiserem (8% a 12%), obtendo depois empréstimos a taxas de juro muito mais baixas (1,25%) junto do BCE, arrecadando com tal operação elevadíssimos lucros (diferença entra as taxas de juro que cobram aos Estados em dificuldades – entre 8% e 12% - e a que pagam ao BCE, que é apenas 1,25%). O BCE transformou-se assim num instrumento importante da construção de uma U.E. neoliberal, ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros, contra os povos da União Europeia, assegurando estes não só o domínio do poder político em cada país e à escala da União Europeia, mas também gigantescos lucros à custa dos contribuintes europeus que acabam por ter pagar, mesmo os seus actos de gestão danosa como aconteceu em todos os países da U.E., mesmo incluindo Portugal, em que as faces mais visíveis são os casos do BPN e do BPP, mas em que também uma parcela importante do empréstimo de mais de 80.000 milhões € que actualmente o governo está a negociar com o FMI, U.E. e BCE, que vai impor mais sacrifícios aos portugueses, é para ser canalizado para os bancos que dizem estar de “boa saúde financeira”, mas que o governo já se prontificou em entrar com fundos públicos para os seus capitais, para os recapitalizar, se os seus accionistas não o fizerem.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
17.4.2011